

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 03/07/2015 - Edição 1305

Proprietários da Embraforte são indiciados por golpe milionário

A Polícia Civil indiciou e pediu a prisão preventiva de três sócios e de um funcionário da extinta Embraforte, empresa de transporte de valores que tinha sede em Belo Horizonte. Os envolvidos são suspeitos de roubar R\$ 22,7 milhões do Banco do Brasil (BB). Segundo o inquérito policial, os donos da empresa coagiam seus vigilantes a abastecer os caixas eletrônicos com valores menores que os declarados ao sistema do banco. A Embraforte é também alvo em outro inquérito, esse da Polícia Federal tendo a Caixa Econômica como vítima.

A empresa de valores prestou serviço ao Banco do Brasil entre 2007 e 2013, em Belo Horizonte e em duas cidades do Sul de Minas (Varginha e Passos). O pedido de prisão é contra os donos da Embraforte - Marcos André Paes de Vilhena e seus filhos Pedro Henrique Gonçalves de Vilhena e Marcos Felipe Gonçalves de Vilhena - e o gerente da empresa e braço direito dos proprietários, Mário Pereira de Carvalho.

O grupo esteve à frente da Embraforte entre 2006 e janeiro de 2014, mas não há no inquérito informações sobre por quanto

tempo o roubo foi praticado. O delegado responsável pelo pedido de prisão, Cláudio Utsch, no entanto, afirma no inquérito que o esquema se deu na sombra do prestígio da irmã e tia dos donos da Embraforte, a secretária de Estado de Planejamento entre os anos de 2006 e 2014, Renata Vilhena. "O poder de Renata esteve sempre pronto a auxiliar o irmão (Marcos Vilhena)", consta no inquérito.

O roubo. A investigação da Polícia Civil apontou que os malotes saíam da Embraforte para abastecer os caixas eletrônicos com a guia de controle trazendo um valor maior que o montante presente no pacote. Quando abriam o malote para colocar o dinheiro no caixa, os vigilantes percebiam a divergência, porém eram coagidos a indicar no sistema bancário que o abastecimento estava sendo realizado com o valor devido.

Vários funcionários confirmam o esquema em seus depoimentos. Eles afirmam que a maioria dos caixas eletrônicos tinha que ser abastecido com R\$ 220 mil, mas apenas R\$ 110 mil eram de fato repassados aos terminais. Quando questionavam seus superiores, eram informados de que a operação era realizada com

ciência do Banco do Brasil.

Com acesso às datas das auditorias feitas pelo banco, a empresa reabastecia os caixas um dia antes - o dinheiro era levado dentro de sacos de lixo em carros pequenos, segundo depoimentos.

O banco começou a perceber o problema em 2013 ao estranhar a reclamação de clientes de que não havia dinheiro nos caixas, mesmo com o sistema apontando o contrário. Além disso, apesar de as auditorias não apontarem falta de dinheiro no equipamento, os valores das cédulas não batiam com a descrição das guias de depósito. Ao conferir, o BB rastreou alterações não programadas nos caixas feitas pela Embraforte.

Após a constatação da fraude, Marcos Vilhena teria reconhecido o rombo em reunião com o banco e se comprometido a devolver o valor, o que não aconteceu.

Justiça

Andamento. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) não localizou o processo com base nos nomes das partes, fornecidos pela reportagem. Não há, portanto, informação sobre o pedido de prisão.

Suspeitos negam crimes e dizem que foram 'saqueados'

Em seus depoimentos, Marcos André Paes de Vilhena e dois de seus filhos - Pedro Henrique Gonçalves de Vilhena e Marcos Felipe Gonçalves de Vilhena - negam qualquer apropriação indevida de dinheiro. Marcos André disse que nunca deu ordem para depósitos em quantias menores, mas admite que houve "diferença de valores" e tenta jogar a culpa para

os funcionários. Segundo ele, houve uma "desorganização na empresa em decorrência de um movimento realizado por funcionários".

Marcos André isenta os filhos de qualquer participação no esquema. Em seus depoimentos, eles negaram fraude e declararam que a situação chegou ao ponto de a empresa ser completamente depredada e saqueada por empregados. Mário Pereira de Carvalho, o quarto indiciado, não foi ouvido porque teria se mudado para o Rio.

Desconfiança

Antes de confirmar a fraude, o Banco do Brasil já havia reduzido o montante de dinheiro repassado à Embraforte. A redução preventiva teve início em janeiro de 2013, mas no segundo semestre do mesmo ano, o banco teve que aumentar novamente a quantia para dar conta da demanda do pagamento dos servidores do governo do Estado, que recebem pelo banco desde 2006.

Fonte: O Tempo

EDITORIA DE ARTE / O TEMPO

O GOLPE E A INVESTIGAÇÃO



A SUSPEITA

Embraforte Segurança e Transporte de Valores Ltda.

INDICIADOS

Marcos André Paes de Vilhena
SÓCIO MAJORITÁRIO DA EMBRAFORTE

Pedro Henrique Gonçalves de Vilhena
SÓCIO MINORITÁRIO E FILHO DE MARCOS ANDRÉ

Marcos Felipe Gonçalves de Vilhena
TAMBÉM FILHO DE MARCOS ANDRÉ

Mário Pereira de Carvalho
GERENTE DA EMBRAFORTE E BRANCO DIREITO DE MARCOS

CRIMES

Eles podem responder por estelionato, apropriação indébita, associação criminosa, falsidade ideológica, crime continuado e crime contra o sistema financeiro nacional. Somadas, as penas máximas podem chegar a 23 anos de prisão

A VÍTIMA

Banco do Brasil

O VALOR DO FURTO

R\$ 22.767.187,09

O SERVIÇO

A Embraforte era responsável por abastecer caixas eletrônicos do Banco do Brasil em Belo Horizonte, Varginha e Passos - as duas últimas no Sul de Minas

A empresa prestou o serviço entre 2007 e o fim de 2013. Não consta no inquérito, no entanto, por quanto tempo o roubo teria acontecido

OUTRAS VÍTIMAS

A Polícia Federal investiga outra possível vítima da Embraforte: a Caixa Econômica Federal. Eles faziam o mesmo esquema, em caixas e casas lotéricas.

MAIOR ROUBO DA HISTÓRIA DE MINAS GERAIS

- Em 3 de setembro, criminosos levaram R\$ 45 milhões da sede da Embraforte, no bairro Ouro Preto, na região da Pampulha, em BH. Durante a ação, os criminosos sequestraram o tesoureiro, o chefe de segurança e um dos administradores da Embraforte. Vítimas foram mantidas em cativeiro em um sítio da região metropolitana
- Funcionários levantaram a suspeita, durante depoimento à Polícia Civil, que o roubo teria sido uma fraude. Um deles chegou a dizer que checou o cofre no dia anterior ao crime e que havia R\$ 17 milhões na empresa, sendo impossível haver todos os R\$ 45 milhões no dia do crime

O ESQUEMA

Os equipamentos geralmente eram abastecidos com cerca de R\$ 200 mil por vez. No entanto, nos malotes preparados pela Embraforte havia com frequência apenas 50% do valor. Entre os alvos dos desvios estão caixas eletrônicos da Cidade Administrativa, sede do governo do Estado, da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da UFGM

Os vigilantes levavam o dinheiro em malotes da Embraforte até os caixas que seriam abastecidos. No local, na hora em que o chefe da equipe abria o malote para fazer a conferência dos valores, percebia que o valor descrito na guia para o serviço não batia com o montante de dinheiro dentro do pacote



Em depoimentos à polícia, funcionários disseram que sempre ligavam para a empresa ou faziam anotações na guia. Em todos os casos, a resposta dos donos e do gerente Mário Pereira era que o banco estava ciente da incompatibilidade de valores e que não havia problema na operação, que era então concretizada com valores mais baixos que os devidos

Sempre que se recusavam a realizar o serviço ou faziam alguma reclamação, os funcionários, disseram em depoimentos, eram ameaçados de demissão pelos donos da empresa e pelo gerente. Após várias reclamações dos funcionários, o Sindicato dos Empregados das Empresas de Transportes de Valores de Minas Gerais (Sintrav-MG) chegou a fazer uma assembleia na porta da Embraforte, e o gerente teria dito que os trabalhadores não precisavam se preocupar, porque apenas os donos poderiam ser responsabilizados por qualquer problema

O esquema passava despercebido porque a Embraforte era comunicada com antecedência sobre as auditorias realizadas pelo banco. Segundo o inquérito, a empresa usava sacos de lixo e carros particulares para transportar até os caixas eletrônicos os valores que deveriam ter sido depositados. Assim, quando a conferência era feita, não havia incompatibilidade de valores

A LEI DETERMINA QUE O TRANSPORTE DE VALORES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PODE SER FEITO EM CARROS COMUNS ATÉ O LIMITE DE 20 MIL UFIR, O EQUIVALENTE A

R\$ 21.282

DESCOBERTA DO ESQUEMA

Clientes do Banco do Brasil começaram a reclamar da falta de dinheiro nos caixas eletrônicos

BANCO DO BRASIL

Maior instituição financeira do Brasil, presente

EMBRAFORTE

Empresa especializada em segurança e transporte de valores. Comprada

DETALHES DAS EMPRESAS

Luta do Sindsegur garante pagamento atrasado pela Flash

O SINDSEGUR informa que a Flash Segurança já está efetuando o pagamento referente ao mês de maio aos vigilantes que trabalham nos postos do INSS de Mossoró e Região Oeste.

Mais uma vez valeu a luta do sindicato, que moveu ação judicial para que o INSS e a empresa cumpram com as suas obrigações e pague os salários dos trabalhadores em dia.

A Flash Segurança informou ao Sindsegur que nesta quinta-feira (02/7) iniciou o pagamento do salário referente ao mês de maio aos vigilantes que trabalham nos postos de serviço do INSS em Natal, grande Natal e regiões Agreste, Seridó e Trairi.

A ação judicial movida pelo Sindsegur permanece válida para que o pagamento dos salários do mês de junho sejam pagos rigorosamente até o 5º dia útil de julho.

Além disso, o Sindsegur continua alerta quanto à ação judicial que cobra também o cumprimento dos direitos trabalhistas dos 99 vigilantes da empresa Flash que foram demitidos.

Fonte: Sindsegur-RN

PMT assume débito junto à Servi-San

CNTV participou de audiência no TRT juntamente com Sindvigilantes Piauí

O secretário de Finanças da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Jervalino Bispo, participou nesta quinta-feira (2) de uma audiência na Quarta Vara do Trabalho de Teresina para tentar resolver a situação dos vigilantes da Servi-San que prestam serviço para a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT). Os atrasos variam em até quatro meses e, além dos salários, os trabalhadores também não estão recebendo tíquete-alimentação e vale-transporte.

Durante a audiência o débito foi assumido e a Justiça ficou de se pronunciar em até 48h.

A CNTV continuará acompanhando a situação e está à disposição do Sindicato e empregados da Servi-San para o que se fizer necessário.

Fonte: CNTV

Contraf solicita informações ao Banco Central sobre venda do HSBC no Brasil



O presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten, encaminhou ontem solicitação de esclarecimentos ao Banco Central, com base na Lei de Acesso à Informação, sobre o término das atividades do HSBC no Brasil, bem como de negociações de compra e venda da instituição inglesa. A Contraf quer que o Banco Central forneça toda e qualquer informação sobre o HSBC, em especial “sobre a forma, maneira e data em que o banco pretende fechar os postos de trabalho dos seus bancários no

Brasil”.

O HSBC anunciou recentemente a venda de seus ativos no Brasil e há riscos de demissões de 50 mil trabalhadores no País (entre empregos diretos e indiretos). A Contraf-CUT, federações, sindicatos e a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do HSBC têm feito reuniões quinzenais com a direção do banco para buscar formas de garantir a manutenção do emprego.

Em reunião realizada na quarta-feira (1), em Brasília, com a Contraf-CUT e outros representantes sindicais dos funcionários do HSBC, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, afirmou que, apesar de ser uma transação entre bancos privados, o órgão do governo pode adotar medidas para resguardar a sociedade. “Temos remédios para o caso de danos extremos. Nós partimos do princípio de que não é um banco que está saindo falido, mas sim, que resolveu fechar suas operações no País e pode voltar daqui uns anos”, disse Tombini.

O PEDIDO

Eis a íntegra da carta encaminhada ao presidente do Banco Central, Alexandre Tombini:

“Diante da competência do Banco Central do Brasil para ‘exercer a fiscalização das instituições financeiras’, bem como, o direito preconizado na Lei de Acesso a Informação acima referida, a Confederação requerente na qualidade de entidade sindical de grau superior e legítima representante da quase totalidade dos trabalhadores bancários do país, preocupada com os desdobramentos do possível encerramento das atividades do Banco HSBC, e ainda:

Considerando as declarações emitidas por parte dos dirigentes do Banco HSBC, e amplamente repercutidas nos meios de comunicação, acerca do encerramento das atividades do referido banco em território nacional, com o conseqüente fechamento de mais de 50 mil postos de trabalho e as terríveis conseqüências advindas às famílias destes milhares de trabalhadores atingidos;

Considerando o silêncio do Banco HSBC sobre as formas e condições em que tais postos de trabalho serão fechados, desde a resolução dos contratos de trabalho vigente com seus trabalhadores bancários, até a situação dos benefícios concedidos que deverão, por força legal, perdurar para além do término da relação empregatícia (por exemplo a extensão do convênio médico previstas na Lei nº 9.956, de 3 de junho de 1998 que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde);

Considerando a recente declaração feita pelo Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Alexandre Tombini, em reunião realizada no dia 1º de julho do corrente ano, com representantes dos trabalhadores bancários do HSBC, inclusive com a presença de representantes da Confederação solicitante, qual seja:

“Apesar de ser uma transação entre bancos privados, nós temos uma série de medidas que podem ser aplicadas para resguardar a sociedade. Temos remédios para o caso de danos extremos. Nós partimos do princípio de que não é um banco que está saindo falido, mas sim, que resolveu fechar suas operações no País e pode voltar daqui uns anos. Acreditamos que irão existir sinergias, o que é muito bom para a população e trabalhadores”.

Sendo assim, diante de tais considerações e da manifestação desta instituição, por meio de seu Presidente, a Confederação solicitante requer lhe seja disponibilizada TODAS as informações que, por qualquer meio, estejam à disposição do Banco Central do Brasil sobre a situação do Banco HSBC, especificamente no que se refere à sua decisão, de caráter público e notório, de encerrar total ou quase que totalmente suas atividades no Brasil.

Em especial, solicita com base no permissivo legal já citado as seguintes informações:

1. Há qualquer comunicação por parte do Banco HSBC dirigida ao Banco Central do Brasil referente à decisão de encerrar, parcial ou totalmente, suas atividades no Brasil? Em caso positivo qual o teor de tal comunicação?

2. O Banco Central do Brasil possui qualquer informação acerca das negociações que, eventualmente, estejam sendo feitas para a aquisição dos ativos ou de mesmo de parte do Banco HSBC, por parte de outra instituição financeira nacional ou estrangeira? Em caso positivo qual o teor dessas informações?

3. O Banco Central do Brasil foi informado, por qualquer meio, acerca da forma, data e maneira como o Banco HSBC pretende encerrar os contratos de trabalho de seus trabalhadores bancários? Em caso positivo qual o teor dessas informações?

Tendo em vista a urgência das respostas às solicitações de informações acima elencadas, dada a enorme repercussão social decorrente da ruptura dos milhares de contrato de trabalho dos bancários do Banco HSBC, solicita-se urgência no encaminhamento das respostas que poderá ser feito por meio do endereço eletrônico: contrafcut@contrafcut.org.br.”

Fonte: **Contraf-CUT**